

Resenhas

História econômica da cidade de São Paulo

Tamás Szmrecsányi (org.)

Livros de Valor, Editora Globo, São Paulo 2004

Um dos destaques da coletânea organizada por Tamás Szmrecsányi para comemorar os 450 anos da cidade de São Paulo está nos textos de Pierre Monbeig e Paul Singer. Os autores traçam, de forma complementar, uma minuciosa história econômica da cidade. Os demais artigos do volume acrescentam importantes análises sobre a metrópole, tanto do ponto de vista histórico quanto atual. Apesar do título, o livro resgata a história da cidade de São Paulo em várias instâncias além da econômica: condições de saúde, educação, trabalho e habitação. Traça um panorama da evolução do município ao longo dos tempos em cada uma dessas esferas com preciosas e pitorescas informações como, por exemplo, a de que a garoa paulistana vem perdendo força nas últimas décadas por conta de alterações no clima decorrentes da forma de ocupação da cidade.

O texto de Pierre Monbeig, originalmente publicado em francês em 1953 e agora traduzido para o português, faz uma impressionante análise da evolução de São Paulo desde seus tempos de vila, ainda no século XVI, até meados do século XX. O trabalho começa com o povoamento da região, discutindo a relação entre padres e índios e a funcionalidade da localização da vila. Destaca o papel dos bandeirantes e a importância que o interior do estado teve na formação da cidade. É curioso notar que, em meados do século XIX, Campinas chegou praticamente a superar São Paulo em termos de população e por pouco não virou o centro e pólo dinâmico do estado. A existência de órgãos governamentais pela condição de capital da província e a entrada dos imi-

grantes via São Paulo acabaram sendo fundamentais para determinar a dinâmica subsequente da cidade. Além da análise econômica, Monbeig faz também uma discussão detalhada do clima e relevo da região. Entre outras características, importa ressaltar que São Paulo apresenta uma topografia bastante problemática, especialmente quando comparada a cidades planas como Nova Iorque e Chicago por exemplo.

Originalmente publicado como segundo capítulo do livro *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*, em 1968, pela Companhia Editora Nacional, o texto de Paul Singer faz uma extensa análise da industrialização na cidade de São Paulo a partir da economia cafeeira. Ao tratar do período que vai de meados do século XIX a meados do século XX, aborda o processo de *take off* da economia paulista, visto primordialmente pela ótica municipal. O texto de Singer destaca com particular riqueza os processos já conhecidos dessa transição. O progresso do café pelo interior de São Paulo, a chegada dos imigrantes, a construção das ferrovias, o surgimento da indústria de bens de consumo e a construção de uma cidade no que antes era uma vila utilizada para a catequização de índios. A população de São Paulo salta de aproximadamente 31 mil habitantes na década dos 1870 para mais de 2 milhões já na década de 1950. Para a edição atual do livro, o autor preparou um texto com reflexões atuais sobre “os últimos 40 dos 450 anos de São Paulo”.

Maria Irene Szmrecsányi destaca as características gerais do desenvolvimento da cidade a partir de meados do século XX. Ressalta a con-

solidação de São Paulo como metrópole nacional e sul-americana já nos anos 1950. A população da cidade salta de 2,1 milhões de habitantes no início dos anos 50 para 3,7 milhões em 1970, 9,6 milhões em 1991 e 10,4 milhões em 2000. A mancha urbana avança com força sobre a periferia e outras cidades, no fenômeno da conurbação. Acompanhando essa expansão surge o que a autora chama de rodoviarismo urbano, com destaque para a construção das marginais Tietê e Pinheiros. Outros pontos importantes na história do município no período tratado pela autora são o esvaziamento do centro e a forte verticalização da cidade, especialmente de caráter residencial. Francisco Vidal Luna resgata parte da história do sistema financeiro brasileiro para depois analisar como São Paulo se tornou o centro financeiro do país. O foco da discussão histórica está no período militar, com destaque para as reformas da década de 1960 e nas mudanças ocorridas nos 1990, a partir do Plano Real. No quadro de mudança de cidade industrial para cidade de serviços, a expansão do sistema bancário e setor financeiro foram fundamentais. A conclusão geral do texto é a de que o avanço do setor de serviços, inclusive os financeiros, não foi capaz de suplantar os efeitos negativos da perda de dinamismo da indústria brasileira nas últimas duas décadas e do forte processo de desconcentração industrial que atingiu São Paulo.

Nabil Bonduki faz uma análise das condições de habitação e moradia na cidade. Concentra-se principalmente no século XX. Discute a evolução caótica do município que só viria a ter seu primeiro plano diretor em 1970. O crescimento desordenado gerou excessiva verticalização no centro, sobrecarregando as vias de acesso e ocasionando excessiva horizontalização na periferia, afastando demasiadamente as pessoas de seu emprego. Na década de 70 surgem as favelas que apresentam desde então crescimento explosivo. Estima-se hoje que a cidade conte com aproximadamente 2 mil favelas, com uma população que supera 1 milhão de pessoas. O autor também chama a atenção para o problema recente do esvaziamento do centro com infra-estrutura boa e consolidada e o aumento da ocupação nas áreas periféricas, especialmente em áreas de preservação próximas aos mananciais. Segundo Bonduki, somente com planejamento e uma gestão pública eficiente poderá a desordem urbana ser revertida.

Cláudio Dedecca avalia as condições de trabalho e distribuição de renda em São Paulo. A

principal mudança observada mais recentemente é a transição do eixo dinâmico da indústria para o setor terciário. A cidade vai deixando de ser um pólo industrial para se tornar um pólo de serviços. Sobre as condições de trabalho e renda, o autor destaca que o município reflete, em certa medida, o país. As desigualdades de renda e territoriais são imensas. Por exemplo, 25% dos trabalhadores ocupados mais ricos se apropriavam de 60% da massa de rendimentos do trabalho no ano 2000. Morumbi, o distrito de renda mais elevada, apresentava em 2000 um rendimento médio 8,5 vezes maior do que aquele dos distritos mais pobres, Lajeado e Cidade Tiradentes. Ciro Biderman analisa em detalhe a expansão do setor terciário e a redução do secundário no período mais recente da história de São Paulo. Explora assim, de forma cuidadosa, um tema recorrentemente aludido por vários autores da coletânea. O foco de seu capítulo está no estudo da dinâmica do emprego na região metropolitana (RMSP) e no município de São Paulo (MSP). Em 1977, a RMSP concentrava 46% de sua população economicamente ativa no setor secundário. Em 1999, esse número cai para 26% e a participação de trabalhadores no setor terciário aumenta, mostrando claramente a mudança de perfil da metrópole de uma cidade industrial para uma cidade de serviços. Biderman apresenta também um inovador estudo de variação do emprego baseado no ciclo de vida das empresas que é capaz de medir com maior precisão o que ocorre no mercado de trabalho municipal.

Ruy Laurenti trata da questão da saúde e condições de vida na metrópole. Resgata textos antigos que tratam das condições de saúde de São Paulo ainda nos séculos XVII e XVIII, com destaque para o problema das epidemias e da lepra. Após analisar a evolução das condições de higiene e o surgimento dos principais centros médicos e hospitais da cidade no início do século XX, concentra-se na discussão das transições demográfica e epidemiológica no município. Se por um lado o avanço no controle de doenças como malária e tuberculose foi notável ao longo dos anos, novos fatores negativos em relação à qualidade de vida surgem. Atualmente, devido ao problema da segurança, o número de mortes por homicídios já ultrapassa a maioria das doenças, perdendo somente para doenças do coração e cerebrovasculares. A Aids, apesar de declinante nos últimos anos, representa ainda o quinto fator entre as principais causas de morte na cidade. Num registro mais po-

sitivo, Maria Amélia Dantes discute o avanço da ciência e tecnologia em São Paulo. Analisa o surgimento e evolução dos centros de saúde, educação e pesquisa da cidade: Instituto Butantã, Escola Politécnica, Escola Livre de Sociologia e Política, Faculdade de Filosofia, Escola de Medicina, IPT, Cidade Universitária, entre muitos outros. Mostra como São Paulo saiu de uma posição praticamente insignificante no século XVIII, se comparado com Rio de Janeiro e Nordeste para se tornar a

principal região de geração de conhecimento do país, um centro de ciência de tecnologia.

Levando-se em consideração a riqueza de informações, a abrangência dos temas e a profundidade das análises, o volume se instala desde logo como referência fundamental para entender São Paulo.

Paulo Gala
Escola de Economia
de São Paulo FGV/SP

Regulação financeira e bancária

Rogério Sobreira, (org.)

Editora Atlas, São Paulo 2005

Não seria exagero afirmar que, recentemente, a questão da regulação financeira e bancária passou a assumir um papel importante na agenda dos governos e dos organismos financeiros internacionais. Parte desta preocupação deveu-se ao reconhecimento de que a frouxa regulamentação do sistema bancário da maioria dos países da Ásia contribuiu para a propagação do impacto da crise asiática, a qual, iniciando-se como um problema de sobrevalorização cambial, foi amplificada e transformada em uma crise bancária, com resultados devastadores para as respectivas economias nacionais. Também a crise mexicana de 1994 teve um componente associado à insuficiência da supervisão bancária. Esta crescente importância da regulação também produziu nos círculos acadêmicos um interesse renovado pelo assunto, com o aparecimento de contribuições significativas na literatura especializada, sobretudo na Europa e Estados Unidos.

No Brasil, a produção acadêmica sobre o tema é bastante restrita. Por isto, cumpre saudar a publicação do livro acima, uma rara contribuição de professores e pesquisadores brasileiros e alguns estrangeiros, para tornar o tema digno de preocupação científica que possa servir de fundamento para a formulação de uma “boa” regulação para o sistema financeiro e/ou para a avaliação da atuação dos órgãos que executam a regulamentação e supervisão bancária e financeira entre nós. O livro é uma coleção de artigos tratando de vários tópicos, divididos em duas partes. A primeira parte aborda o que eles entendem

como aspectos teóricos da regulamentação, tais como a racionalidade da regulamentação bancária, sob o prisma neo-keynesiano; a relação entre liberalização dos mercados e globalização financeira; as críticas às propostas de liberalização financeira ancoradas na visão convencional, que pressupõe a hipótese de mercados financeiros eficientes; a revisão da experiência norte-americana de regulação bancária, e outros.

A segunda parte trata de algumas possíveis consequências do novo arcabouço regulatório internacional, representados pelos Acordos de Basileia I e II, sobre as condições de financiamento para os países emergentes e a incapacidade das redes de segurança bancária nos países emergentes de protegê-los da volatilidade dos fluxos externos de capital, mesmo com políticas macroeconômicas consistentes. Os dois últimos artigos tratam da evolução recente de regulação bancária no Brasil e da experiência brasileira de liberalização financeira com crise cambial, no período 1987-1999.

Como se pode ver pela seleção de tópicos, abordagens e autores, os artigos priorizaram os aspectos micro e macroeconômicos da regulação, e nenhuma atenção foi conferida a outros itens, os quais mereceriam, no mínimo, uma menção, devido à sua importância, como, por exemplo, os aspectos jurídicos e institucionais que estabelecem os poderes, área de competência e limites para a atuação da autoridade de regulação e supervisão. No mesmo sentido, o tratamento dado à regulação bancária no Brasil deixou de mencio-

nar mudanças importantes nas normas que, de um lado, aumentaram a capacidade de intervenção do Banco Central para resolver problemas no sistema bancário (por exemplo, a responsabilização dos controladores e dos auditores externos na gestão bancária) e, de outro, aperfeiçoaram a transparência na gestão de fundos (no caso, a exigência da *Chinese wall* que separa as atividades do Banco e de suas empresas de administração de ativos).

Por fim, lamentavelmente, vale mencionar o pouco cuidado com a organização e revisão dos textos. Isto pode ser comprovado a partir de al-

gumas referências inexatas quanto a datas, como a crise do Long Term Capital Management em 1988 e a assinatura do acordo de renegociação da dívida externa brasileira em 1992. No mesmo sentido, no último artigo são mencionadas inúmeras tabelas que simplesmente não constam do texto. Apesar disto, o livro poderá se constituir em uma boa fonte de referência para motivar o surgimento de outros trabalhos acadêmicos sobre o papel da regulação bancária no país.

Alkimar R. Moura
professor da EESP e EAESP/FGV.